



Processo:	1000153350/2022
Interessado:	HAE ARQUITETURA LTDA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	10 de fevereiro de 2023

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Coordenador (a) da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, designa o (a) Conselheiro (a) Gabriel Xavier relator (a) do presente processo.

Goiânia, 10 de fevereiro de 2023.


Coordenador (a) da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional



Processo:	1000153350/2022
Interessado:	HAE ARQUITETURA LTDA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	10 de fevereiro de 2023

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de processo de auto de infração n.º 1000153350/2022 instaurado em desfavor de HAE ARQUITETURA LTDA por infração ao disposto no artigo 7º da Lei 12378/2010, o que atrai as penalidades previstas no artigo 35, X da Resolução n. 22 do CAU/BR. Consta que a pessoa jurídica em questão se apresenta como empresa prestadora de serviços de arquitetura sem, entretanto, possuir registro neste Conselho. Foi lavrada notificação preventiva, do que o autuado teve regular ciência. Concedido prazo de DEZ DIAS para regularização, transcorreu sem manifestação. Foi lavrado o auto de infração e concedido prazo de dez dias para apresentação de defesa, que também passou em branco. Os autos foram remetidos a esta Comissão para análise e julgamento.

É o suficiente relatório, passo ao voto.

Inicialmente, aponto que o artigo 7º da Lei 12378/2010 estabelece que é obrigatório o registro, no Conselho, de todas as pessoas jurídicas que exercem atividade privativa de arquiteto e urbanista ou que se apresentem como empresa prestadora destes mesmos serviços.

No caso presente, noto que a pessoa jurídica em questão possui as expressões “arquitetura e urbanismo” em sua razão social, denotando que de fato se apresenta como empresa prestadora de serviços em tais ramos. O comprovante de CNPJ da empresa também denuncia que a pessoa jurídica possui serviços de arquitetura e urbanismo entre seus objetos sociais.

Assim, é notório que a empresa em questão está obrigada ao registro neste Conselho, seja por conta da literalidade do já citado artigo 7º, seja pelo quanto estabelecido no artigo 1º da Resolução n. 28 do CAU/BR, que o regulamentou.

Isto posto, **VOTO PELA MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO**, nos termos do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR.

Atento aos vetores de orientação para aplicação da penalidade previstos no artigo 36 da Resolução n. 22 do CAU/BR tenho a considerar conforme segue:

- a) a empresa não possui antecedentes;
- b) a situação econômica é ignorada;
- c) as consequências e a gravidade da infração são ordinárias;
- d) não houve regularização.

Isto exposto, fixo a penalidade em 6 vezes o valor vigente da anuidade, ou seja, R\$ 3804,24.

É como voto.


CONSELHEIRO (A) RELATOR (A)
Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional



Processo:	1000153350/2022
Interessado:	HAE ARQUITETURA LTDA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	10 de fevereiro de 2023

FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO

Após apreciação do relato exarado pelo Sr. (a) Conselheiro (a) Relator (a), referente ao processo supracitado, fica deliberado conforme segue a votação dos membros desta Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional:

Conselheiro Titular / Suplente	Assinatura	Voto (favorável / contra / abstenção)
Andrey Amador Machado (coordenador)		Favorável
Anna Carolina Cruz Veiga de Almeida (coordenadora adjunta)		Favorável
Camila Dias e Santos – (suplente)		Favorável
Juliana Guimarães de Medeiros (titular)		Favorável
Gabriel de Castro Xavier (suplente)		Favorável

